

UNIV. sel.

EDUCAÇÃO NO BRASIL
ORGANIZAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAIS

Administração

Distinguem-se, no sistema educacional brasileiro, três ordens de responsabilidade administrativa: a federal, a estadual e a municipal.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, exerce controle sobre todas as instituições de ensino mantidas com recursos da União e inspeciona as escolas estaduais, municipais ou particulares de ensino pós-primário equiparadas aos padrões federais. O ensino agrícola e o militar estão sob a jurisdição do Ministério da Agricultura e dos ministérios militares.

Cada um dos 21 Estados da república federativa brasileira, e o Distrito Federal, possui um órgão que assegura a coordenação de seu sistema escolar, e, em particular, do ensino primário e normal.

O ensino, nos cinco territórios, está sob o controle do Governo Federal.

Educação pré-escolar e primária

A educação pré-escolar, compreendendo escolas maternas e jardins de infância, vem evoluindo lentamente no Brasil, com incidência significativa apenas nos maiores centros urbanos. Os primeiros jardins de infância adotaram os métodos de Froebel, posteriormente modificados sob a influência de Montessori e Decroly.

Embora a maior parte dos Estados estabeleça para a escola primária um curso de cinco anos, dividido em dois ciclos - fundamental e complementar - o que se verifica, efetivamente, é, em geral, um curso primário de três séries nas áreas rurais e de quatro nas áreas urbanas.

A legislação que regula o ensino primário estabelece que devem ser admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de sete anos de idade. Na realidade, a escola primária brasileira recebe, na primeira série e, depois, nas demais, alunos de todas as idades entre 7 e 14 anos.

Ao retardamento de ingresso na escola primária associa-se a possibilidade de o aluno repetir um ou mais anos, várias vezes, em virtude dos critérios adotados para a promoção. Assim, a criança brasileira pode cumprir sua obrigação escolar entre os 7 e os 14 anos e permanecer na escola por período superior aos quatro e três anos oferecidos pelo sistema escolar.

O sistema escolar brasileiro acolhe cêrca de 5 milhões de crianças no ensino primário, o que representa perto de 70% da população escolar de 7 a 11 anos de idade. Dos alunos matriculados, somente pouco mais de 450.000 atingem o quarto grau ou ano escolar. O deficit desse ensino, dentro de um mínimo de quatro anos de estudos, é de mais de 1.200.000 crianças, que também deveriam chegar ao quarto grau e que deixam a escola sem o correspondente aproveitamento.

Com referência ao ensino primário enfrenta o Brasil os seguintes problemas principais: número insuficiente de prédios escolares; desordem na distribuição dos alunos segundo as idades; tempo de escolarização insuficiente; dia escolar reduzido, em virtude do sistema de dois e, até, três turnos diários na mesma escola; alto índice de reprovação e evasão escolar; e, em consequência dessas condições, uma escola primária pobre, puramente seletiva, visando, antes de tudo, a preparar os alunos para ingresso na escola secundária.

Várias medidas vêm sendo tentadas no sentido de melhorar as condições da escola primária.

O Ministério da Educação e Cultura iniciou um plano de auxílio aos Estados, no sentido de estender a escolarização a quatro anos nas zonas rurais e a seis nas urbanas. A 5ª e a 6ª séries das escolas urbanas, que deverão ser implantadas gradualmente pelo Estado no seu sistema de ensino primário, serão organizadas de modo a ter o dia escolar de seis horas, dividido em fases: uma de extensão da aprendizagem fundamental ou de cultura, com quatro horas diárias de estudos em classe, e outra de iniciação em atividades pré-vocacionais, com duas horas de frequência à oficina que será instalada em cada escola. Em 1957 foram aplicados cem milhões de cruzeiros na construção e equipamento de pequenas oficinas de artes industriais e no aperfeiçoamento dos professores destinados ao ensino nessas oficinas.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais elaborou um plano de ordenação do ensino primário, por idades, que vem sendo recomendado aos Estados, estando já sendo aplicado em um grupo de escolas do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, e nas escolas experimentais desse Centro e dos centros regionais. Também vem sendo recomendada a adoção de regime mais flexível de promoção, já estando sendo aplicado o de promoção automática nesse mesmo grupo de escolas.

A partir de 1955, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos vem fazendo funcionar, no Rio de Janeiro, uma escola de demonstração de educação progressiva que visa a servir de campo de observação para professores e orientadores do ensino primário, em estágio de aperfeiçoamento; realizar, em profundidade, estudos sobre educação primária; proporcionar aos alunos que a frequentam uma educação primária completa e adequada às condições das crianças e às exigências sociais e humanas. Essa escola dispõe de um serviço de psicologia e

conta com orientadores de série e atividades como Música, Recreação e Trabalhos Manuais. Dez turmas da escola estão utilizando recursos que representam desenvolvimentos e modificações do método de projetos e, em quatro, experimenta-se o de "unidades de aprendizagem". Ne-la fazem estágio professores primários procedentes de vários Estados, que, de volta, já estão trabalhando em escolas do mesmo tipo. Nos mesmos moldes funcionam uma escola em S. Paulo e outra em Pôrto Alegre, pertencentes aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais.

Ensino Médio

O ensino de nível médio abrange as escolas secundárias, comerciais, industriais, agrícolas e normais.

O ensino secundário, cuja finalidade consiste em dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial, compreende, no primeiro ciclo, o curso ginásial, em quatro anos, com dez matérias de ensino, inclusive o francês, inglês e latim. No segundo ciclo há o colégio, que se desdobra em curso clássico e curso científico, ambos de três anos. O ramo clássico se distingue do científico pela menor acentuação da matemática e das ciências naturais.

O ensino comercial abrange um curso básico, de quatro anos, com finalidade profissional e não apenas propedêutica, e, no segundo ciclo, os cursos técnicos, em cinco variedades.

No ensino industrial, além dos cursos artesanais, de pouco desenvolvimento entre nós, há, no primeiro ciclo, os cursos industriais básicos, em quatro anos, que formam artífices, e os cursos de mestria, em 3 anos. Ambas as modalidades compreendem oito grandes setores industriais, dentro dos quais se distribuem 24 e 25 cursos. Acima destes estão os cursos técnicos, em três ou quatro anos, de 24 tipos.

O ensino agrícola está organizado nos mesmos moldes do ensino industrial.

O crescimento desses ramos do ensino médio foi o seguinte, no período de 1951 a 1954, verificando-se a multiplicação acelerada dos cursos secundários e comerciais, mantidos, na quase totalidade, por particulares.

	Ensino Secundário		Ensino Comercial		Ensino Industrial	
	Unid. esc.	Matric.	Unid. esc.	Matric.	Unid. esc.	Matricula
1951	2.190	405.049	752	71.077	421	17.013
1956	2.746	619.019	993	123.635	402	17.504
	Ensino Agrícola					
	Unid. esc.	Matric.				
1951	44	1.664				
1956	54	3.098				

Premido pela necessidade de expandir as facilidades de educação, a fim de atender ao desejo positivo e sempre crescente da população por mais educação escolar, vem o Brasil enfrentando sérios problemas, decorrentes de uma escola secundária padronizada e simplificada, funcionando na base de improvisações sem as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo.

Também o ensino comercial vem se expandindo desordenadamente. O ensino industrial, de custeio difícil, não acompanhou o ritmo de desenvolvimento dos dois outros. A rigidez do plano de estudos das escolas industriais tornou-as inadequadas para suprir as necessidades do mercado de trabalho, motivo que determinou a elaboração de um projeto de reestruturação, em bases mais flexíveis, apresentado ao Congresso Nacional.

Encontra-se também em discussão no Legislativo um projeto de reforma do ensino secundário que estabelece um currículo diversificado em duas formas, sob um tronco comum, com disciplinas obrigatórias e facultativas.

Tem havido grande reação em torno desse projeto, parecendo difícil chegar-se a um acordo quanto às disciplinas básicas, de cunho obrigatório, e, principalmente, quanto à aceitação de dois planos, um orientado no sentido de estudos abstratos e, outro, no de atividades práticas.

Em 1953 foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário e, em 1954, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Comercial, que, embora venham desenvolvendo intensa atuação, representam ainda tentativas fragmentárias no sentido de solucionar os sérios problemas do ensino médio entre nós.

Em 1953 foi estabelecido o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio, para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Através de exames de adaptação, podem os alunos passar do primeiro ciclo de qualquer curso técnico-profissional para o colégio, e, do segundo ciclo, para os cursos superiores, neste último caso também sem exames de adaptação, em determinadas condições. Também foi aberta a possibilidade de transferência de um para outro curso, no primeiro ciclo, nas séries intermediárias.

Foi uma medida de grande alcance, não só por estabelecer a intercomunicação entre os cursos de nível médio, como também pelo possível aumento de prestígio que poderá advir para os cursos profissionais, deixando o curso secundário de constituir a única via de acesso ao ensino superior.

Ensino Superior

O ensino superior é aberto a todos os estudantes que tenham concluído sete anos de estudos em cursos de nível médio. Compreende escolas isoladas e universidades. A duração dos cursos varia de três a seis anos. Compreende os seguintes ramos: Administração, Agronomia, Arquitetura, Belas Artes, Biblioteconomia, Ciências Econômicas, Diplomacia, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia, Estatística, Farmácia, Filosofia, Ciências e Letras, Geologia, Jornalismo, Medicina, Museologia, Música e Canto, Odontologia, Política, Química Industrial, Serviço Social, Sociologia e Política, Veterinária.

Em 1957 havia no Brasil 19 universidades, que gozam de autonomia didática, financeira e disciplinar. Funcionaram, nesse ano, 395 estabelecimentos de ensino superior, dos quais 181 são mantidos pelos poderes públicos. A matrícula foi de 78.419 alunos. O número de conclusões de curso elevou-se, em 1956, a 12.340.

O ensino superior, como o ensino médio, vem apresentando índices de desenvolvimento mais elevados que o ensino elementar, com predominância das faculdades de filosofia e de economia.

O crescimento acelerado e desordenado, já assinalado com referência, ao ensino médio, vem atuando também sobre o ensino superior, em que as escolas se multiplicam sem um plano geral que viesse atender, quantitativa e qualitativamente, as reais necessidades do país.

O número de escolas superiores gratuitas cresce dia a dia, com considerável ônus para os poderes públicos.

Nas despesas globais com o ensino, em todo o país, a quota

com o ensino superior foi, em 1956, de 26%, quando, em 1948, correspondeu a 12,4%.

Com exceção das universidades rurais, que são centros de formação e pesquisa no campo da agronomia e no domínio de estudos conexos, todas as universidades compreendem faculdades de filosofia (com os cursos de filosofia, ciências, letras e pedagogia), de direito, de engenharia civil e de medicina. A maioria das universidades possui faculdades de odontologia, de farmácia e de ciências econômicas e três, dentre elas, possuem escolas de belas artes.

Em 1951 foi instituída a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (CAPES) com o objetivo de contribuir, por ação direta e indireta e pelo fornecimento de informação apropriada, para a adequada expansão dos quadros brasileiros de pessoal de nível superior necessários à condução dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e social do país.

A CAPES tem desenvolvido intenso programa, nos seguintes tipos de iniciativas: contratos de professores e técnicos estrangeiros e nacionais; desenvolvimento de centros nacionais de aperfeiçoamento pós-graduado; aperfeiçoamento de professores e assistentes do corpo docente superior do país; promoção de cursos pós-graduados; bolsas para aperfeiçoamento pós-graduado no país e no estrangeiro; levantamentos sobre a situação do ensino superior no país; estudos e ensaios sobre problemas do ensino superior e necessidades de pessoal de nível superior no país.

Formação de professores

A formação dos professores primários (ensino normal) tem constituído, tradicionalmente, uma função das administrações educacionais dos Estados. Varia, assim, de uma para outra unidade da federação, o regime de preparação de mestres primários, guardando, porém, uma linha de correspondência geral quanto ao nível em que se processa tal preparação.

Dois tipos de cursos são, de modo geral, mantidos no Brasil: o curso de regentes de ensino com a duração de quatro anos, seqüente ao curso primário, e o curso de formação de professores em três ou dois anos, para ingresso no qual é necessária a conclusão do curso ginásial, que deve funcionar anexo ao curso normal. Essas duas modalidades de cursos generalizaram-se a partir de 1946, com a Lei Orgânica do ensino Normal, que constituiu uma tentativa de uniformização desse ramo de ensino no Brasil. Até então, o ensino normal era ministrado num curso único, de cinco ou seis anos, articula-

do com o ensino primário, de qualidade variável de um para outro Estado, apresentando contudo, caráter profissional mais acentuado.

A nova organização, adotada pela maioria dos Estados, trouxe, como consequência, o desvirtuamento desse sentido profissional, verificando-se, atualmente, a transformação da grande maioria dos cursos de regentes de ensino em simples cursos ginasiais e um sério congestionamento das escolas de segundo ciclo, procuradas principalmente pelo curso secundário que oferecem.

Há, entretanto, preocupação por parte de alguns Estados no sentido de reorganizar o seu sistema de ensino normal, de modo a propiciar a formação de mestres primários em vários níveis, com currículos flexíveis, estando já em execução, no Estado do Rio Grande do Sul, radical reforma no plano de preparação do professor primário.

Em 1956 registravam-se, no ensino normal, 928 unidades escolares, com uma matrícula de 60.851 alunos, enquanto em 1951 eram, respectivamente, de 632 a 37.824. Em 1955 foram diplomados pelos estabelecimentos de ensino normal 17.923 professores.

O número de professores primários não normalistas, isto é, sem qualquer curso profissional, é elevado no Brasil. Em 1953, para 71.613 professores normalistas, havia 62.756 não normalistas.

Independentemente das medidas que são postas em prática pelas administrações de cada Estado da Federação, vem o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos desenvolvendo, há vários anos, intenso programa de aperfeiçoamento de professores, administradores e pessoal técnico do ensino primário e normal, através de cursos, estágios e seminários, sob regime de bolsas de estudo, e de modo especial, ultimamente, o aperfeiçoamento de professores das "Escolas de Aplicação" anexo às escolas normais.

Além dos estabelecimentos de ensino normal existem, no Brasil, as Faculdades de Filosofia, que têm, dentre outras finalidades, a de preparar candidatos ao magistério das escolas secundárias e normais. Correspondem, nesse aspecto, às "Escolas Normais Superiores" de outros países.

Apesar de já funcionarem 52 Faculdades de Filosofia, são elas insuficientes para diplomar os professores necessários às escolas secundárias e normais existentes no País. Decorre daí o "magistério de emergência", bastante numeroso, composto de professores normalistas e portadores de diploma de cursos de nível superior. Embora esteja esse professorado sujeito à prestação de "exames de suficiência", perante bancas oficiais, para obtenção da "licença definitiva", é ele admitido, a título precário, sem exigências quanto à prova de competência profissional.

Nos estabelecimentos de ensino médio oficiais, além da licença expedida pelo Ministério da Educação e Cultura, exigida de todos os professores em geral, são os candidatos ao magistério submetidos a concurso de provas (teóricas e práticas) e de títulos.

As Campanhas de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário e Comercial e, anteriormente, a Comissão Brasileira-Americana de Ensino Industrial, têm realizado significativos esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento de professores, diretores e inspetores das escolas do ensino médio, através de cursos, estágios, seminários, missões técnicas e pedagógicas, publicação de guias metodológicas e revistas especializadas.

No ensino superior, o pessoal docente das escolas mantidas pelos poderes públicos compreende dois grupos: a) pertencente à carreira do professorado, que se distribui por cargos sucessivos da carreira, em ordem hierárquica crescente: instrutores, assistentes, professores adjuntos e professores catedráticos, estes últimos nomeados mediante concurso de provas e títulos; b) não pertencentes à carreira: livres docentes, professores contratados e auxiliares de ensino.

Nas escolas superiores particulares os professores são admitidos por contrato, entre pessoas portadoras de diploma de curso superior.

Financiamento da Educação

De acordo com a Constituição Brasileira de 1946, a responsabilidade pelas despesas com os sistemas de educação pública, no país, devem repartir-se entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e as Administrações Municipais, na proporção, respectivamente, de 10 e 20 por cento da renda resultante dos impostos.

Estudos recentes revelam que a União tem despendido 7,1% de sua renda tributária com o ensino, os Estados e o Distrito Federal 24% e os Municípios 17,4%.

Em 1956, o montante das despesas públicas realizadas com o ensino e a cultura, em todo o país, elevou-se a 15.828 milhões de cruzeiros, contribuindo os Estados e o Distrito Federal com 55,9%, a União com 33,9% e os Municípios com 10,2%. A soma dessas despesas foi distribuída na base de 36,5% para o ensino elementar, 18,5% para o ensino superior e 16% para o ensino médio.

Nas despesas estaduais destaca-se a posição de São Paulo, cujos gastos corresponderam a 49,4% do total.

Os principais gastos da União, em matéria de educação, têm sido com o ensino superior e o ensino de grau médio, neste último se

bretudo com o ensino técnico-profissional. Em 1956 o Governo Federal custeou 73% das despesas com o ensino superior e 31,3% das despesas com o ensino médio.

No setor do ensino elementar a atuação da União é menos sentida, exercendo-se através de um Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído em 1942, resultante de taxas especiais, cujo montante não chega, porém, a 2% das despesas realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Os recursos do Fundo são aplicados, mediante convênios firmados com os Estados e Municípios, na construção de prédios para escolas elementares e normais (70%), na alfabetização de adultos (25%) e no aperfeiçoamento de professores primários e de ensino normal (5%).

Foi instituído, em 1955, o Fundo Nacional de Ensino Médio, cujos recursos se destinam a: bolsas de estudo em benefício de adolescentes aptos necessitados (até 50%); auxílio para a manutenção dos estabelecimentos de ensino, inclusive suplementação de salários dos professores; contribuições para a ampliação e a melhoria da rede escolar. Os recursos do Fundo, que podem ser aplicados até 70% na rede de escolas públicas, vêm beneficiando fundamentalmente, o ensino privado, em virtude de ser ainda a iniciativa particular responsável, no Brasil, por cerca de 66% das escolas e matrículas do ensino secundário e por cerca de 93% do ensino comercial.

Tem a União cooperado, ainda, com entidades particulares do ensino, principalmente nos setores do ensino médio e do ensino superior, por meio de auxílios e subvenções, que subsistem independentemente do Fundo de Ensino Médio.

Enquanto o Governo Federal atende, preferentemente, ao ensino superior e técnico-profissional, os Governos Estaduais e Municipais atendem, sobretudo, ao ensino elementar. Assim, em 1956, o ensino elementar foi custeado, em 12,1%, pelos Municípios e, em 86,4% pelos Estados. As despesas com o ensino médio foram realizadas, na base de 66,6% pelos Estados e o Distrito Federal.

Vem se afirmando, cada vez mais, a tendência: de aplicação dos recursos públicos na manutenção do ensino superior e do ensino médio, com prejuízo sempre maior para o ensino primário.

Na Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba, em 1954, foi aprovado um plano de financiamento da educação elaborado pelo Prof. Anísio Teixeira, como sugestão às autoridades.

O plano prevê a constituição de fundos de educação na esfera municipal, estadual e federal, partindo-se das atuais percentagens das rendas de impostos que a Constituição prevê para aplicação na educação pública. Essas percentagens formariam os recursos mínimos des-

ses fundos, aos quais se ajuntariam outros provenientes de taxas especiais, multas e rendas eventuais, etc. Os fundos seriam administrados por conselhos - federal, estaduais e municipais - com autonomia administrativa, embora sujeitos ao sistema de prestação de contas públicas, adotado no Brasil.

A base de todo o financiamento da educação estaria nos fundos municipais, em relação aos quais os fundos estaduais teriam obrigações supletivas, isto é, de complementação de recursos, através de convênios. O fundo federal seria supletivo em relação aos fundos estaduais.

Tais ações supletivas teriam sempre em vista as maiores necessidades, deficiências e possibilidades locais de educação pública e privada.

Centros de Pesquisas Educacionais

No sentido de dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, foram instituídos, pelo Ministério da Educação e Cultura, em dezembro de 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sede no Rio de Janeiro, e cinco Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, sediados nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tais Centros têm por objetivos:

- 1) pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;
- 2) elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país - em cada região nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;
- 3) elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;
- 4) treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

Os Centros de Pesquisas contam com quatro divisões: Divisão de Planejamento, de Pesquisas Educacionais, de Pesquisas Sociais e de Documentação.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais já publicou vários trabalhos, resultantes de pesquisas promovidas no campo educacional, antropológico e social brasileiro, por especialistas brasileiros e estrangeiros, estes enviados pela Unesco, e que constam, em grande parte, da bibliografia apresentada nesta Revista. Realiza, atualmente, um curso de pesquisadores sociais.

Desenvolve-se, no Centro Regional de S. Paulo, com a colaboração da Unesco, um Curso de Especialistas em Educação, beneficiando 20 bolsistas brasileiros - professores, administradores e técnicos do ensino primário - e 11 bolsistas de países sul-americanos.

Todos os Centros de Pesquisas mantêm escolas de demonstração de educação progressiva, mencionadas na parte referente ao ensino primário.

Campanhas de Educação

Além das campanhas já referidas (CADES, CAEC e CAPES), desenvolveu-se no Brasil, as seguintes: 1) Campanha Nacional de Educação Rural, instituída em 1952, com o objetivo de difundir a educação de base no meio rural brasileiro. Tem realizado cursos de treinamento de professores rurais, missões rurais, etc., destacando-se, como atração mais significativa, o Centro de Educação de Base de Colatina, no Estado do Espírito Santo. 2) Campanha Nacional de Material de Ensino, iniciada em 1956, destinando-se a incentivar a produção e promover a distribuição de material didático, visando a melhorar a sua qualidade, o seu bom emprêgo, assim como a sua progressiva padronização. 3) Campanha Nacional de Educação de Adultos, instituída em 1947, e que, em 1956, fez funcionar 10.322 cursos, freqüentados por 63.947 alunos, tendo mantido, no mesmo ano, 83 centros de iniciação profissional. 4) Campanha Nacional de Merenda Escolar, que vem realizando, a partir de 1955, intenso trabalho junto às administrações públicas e entidades privadas, no sentido de proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar. 5) Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, iniciada em 1958, que tem por objetivo estabelecer métodos e processos de elevação do nível cultural da população brasileira, avaliá-los para determinar seu custo, suas possibilidades de execução em massa, a curto prazo, com eficiência e êxito. Para esse fim, prevê o desenvolvimento de um "Plano Pilôto" em um município de cada uma das regiões: Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul, achando-se já em execução o referente à região Leste, com a colabora

ção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Foram criadas, no ano de 1958, mais as seguintes Campanhas: Campanha de Formação de Geólogos, Campanha Nacional de Educação Física, Campanha de Assistência ao Estudante e Campanha de Educação do Surdo Brasileiro.

Conclusão

Vê-se o Brasil na contingência de resolver, sem demora, grandes problemas educacionais, criados pelos processos de desenvolvimento e de mudança que se operam no país em ritmo acelerado. Alguns são de ordem quantitativa, decorrentes do apêlo crescente da população por mais amplas oportunidades de educação. Outros são de natureza qualitativa, oriundos da premência de proporcionar a essa mesma clientela uma escola mais eficiente, diversificada suficientemente para cobrir as necessidades resultantes do desenvolvimento econômico e científico do país.

Sucedem-se as iniciativas mais ou menos acidentais, a título de soluções de emergência, enquanto os líderes educacionais mais esclarecidos lutam por reformas básicas que atinjam a obra educacional geral e apresentam planos de ação integrativa, capazes de mudar nos seus fundamentos, o atual sistema educacional brasileiro.

O Senhor Presidente da República, através das mensagens enviadas ao Congresso Nacional por ocasião da reabertura da sessão legislativa, em 1957 e 1958, tem propugnado uma política administrativa baseada na educação para o desenvolvimento, tendo em vista a crescente expansão da estrutura econômica do país.

BIBLIOGRAFIA

- Anísio Teixeira - A educação e a crise brasileira (livro)
Educação não é privilégio (livro)
A escola brasileira e a estabilidade social -
R.B.E.P. XXVIII (67): 3-29, 1957.
Bases para programação da escola primária - R.B.E.P.
- Raul Bittencourt - A educação brasileira no império e na república -
R.B.E.P.
- IBGE - Sinópe retrospectiva do ensino no Brasil 1871/1953.
Estatísticas das despesas com o ensino e a cultura - 1956.
O ensino médio no Brasil.
- Cons. de Desenvolvimento - Relatório
Fernando de Azevedo - A Cultura Brasileira
Hélio Viana - A educação brasileira nos tempos coloniais - R.B.E.P.